

**“NA SOCIEDADE FUTURA”:
UMA VISÃO UTÓPICA DA CIDADE/SOCIEDADE
SOCIALISTA (RIO GRANDE, 1897-1898)**

Benito Bisso Schmidt*

“Tingem-se os píncaros dos montes com a côr esmaecida da aurora que desponta; as estrellas como envergonhadas do rei da luz que se aproxima, vão pouco a pouco desaparecendo da abobada celeste onde umas manchas esbranquiçadas vão passo a passo patenteando o proximo apparecimento do sol.”

Com esse tom triunfal, que lembra a mitológica “aurora de dedos cor-de-rosa” de Homero,¹ o socialista Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)²

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando em História Social na Unicamp.

¹ “Veste-se, à luz da dedirrósea aurora...”. (Homero, 1992, p. 77, tradução de Manuel Odorico Mendes).

² Antônio Guedes Coutinho nasceu na província de Trás-os-Montes em Portugal. Veio para o Brasil com 18 anos, desembarcando na cidade de Pelotas. Em 1893 transferiu-se para Rio Grande. Inicialmente exerceu o ofício de alfaiate, tornando-se depois tecelão da fábrica de tecidos Rheingantz, uma das maiores do estado naquele momento. Posteriormente dedicou-se ao magistério e ao jornalismo. Coutinho foi um dos líderes mais combativos do movimento operário gaúcho na virada do século XIX, participando de diversas associações, partidos e jornais, entre os quais destaca-se o *Echo Operário* (1896-1901). No final na vida, aderiu ao trabalho de Getúlio Vargas. Para maiores informações ver minha dissertação de mestrado (Schmidt, 1996).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 6	115-134	1999
------------------------	---------------	------	---------	------

inicia a segunda parte da série de textos “Na sociedade futura”, publicada no jornal que dirigia, o *Echo Operário*, entre o final de 1897 e o início de 1898.³ Nela, o autor descreve o cotidiano de uma cidade após o advento do socialismo a partir da história de Ernesto, “um dos mais activos soldados da Revolução Social”, e de seus netos Aurora e Carlos.

O objetivo deste artigo é analisar algumas representações da cidade socialista presentes nos referidos textos, considerando-os como exemplos de narrativas utópicas. Assim, será necessário examinar inicialmente, ainda que de forma esquemática, a própria noção de utopia, seus significados e suas diversas expressões ao longo da história, a fim de situar os escritos de Coutinho na discussão sobre o tema. A seguir abordarei com mais atenção as idéias-imagens por ele elaboradas para construir a sua “sociedade futura”.

1. Utopia/Utopias

Em um belo texto intitulado “O Ocidente medieval e o Oceano Índico: um horizonte onírico”, o historiador francês Jacques Le Goff (1979) mostra como “a exuberante imaginação medieval” encontrou naquele oceano um espaço propício para a projeção de seus sonhos e suas fantasias. Concretamente pouco conhecido, o Índico era pensado por diversos homens do período como um local de riquezas abundantes, de homens e animais fantásticos, de fartura alimentar. Nas terras por ele banhadas, segundo relatos da época, havia por exemplo ilhas completamente constituídas de ouro e prata, ciclopes, unicórnios e uma “mesa do sol”, em cima da qual os pratos se renovavam milagrosamente sem cessar. Para o autor, diante de um Ocidente pobre e limitado e perante a moral acanhada imposta pela Igreja, essas visões oníricas expandiam-se “na visão de um mundo da vida diferente,

³ Não localizei a série completa pois a coleção consultada no Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS é lacunar. As partes analisadas neste artigo encontram-se nos seguintes números: *Echo Operário*, Rio Grande, 19/12/1897, pp. 3-4; 25/12/1897, p. 3; 1/1/1898, p. 1; 20/2/1898, p. 1; 6/3/1898, pp. 3-4; 13/3/1898, pp. 3-4 e 27/3/1898, pp. 3-4. As citações das fontes não tiveram sua ortografia atualizada.

onde os tabus são destruídos ou substituídos por outros, onde a extravagância segrega uma impressão de libertação, de liberdade” (p. 276).

Essas idéias nos dão uma boa porta de entrada para pensar a questão da utopia. Como os sonhos dos homens medievais em relação ao Índico, as utopias são a mais pura manifestação do desejo, surgindo como forma de evasão de uma realidade considerada insatisfatória. Nesse sentido, a utopia pressupõe uma representação totalizante da alteridade em relação ao mundo vivenciado. Como diz Bronislaw Baczko (1978, p. 30),

“não há utopia sem representação global, idéia-imagem de uma sociedade outra, oposta à realidade social existente, às suas instituições, ritos, símbolos dominantes, aos seus sistemas de valor, de normas, de interdições, às suas hierarquias, às suas relações de dominação e de propriedade, ao seu domínio reservado ao sagrado, etc.”⁴

Na interpretação de Le Goff (*op. cit.*, p. 279, nota 65), a citada “mesa do sol” revela “as alucinações alimentares de um mundo faminto”. Da mesma forma, como veremos, a sociedade futura desenhada por Coutinho contrasta fortemente com a realidade por ele vivenciada, marcada pela necessidade e pela opressão. Obviamente, encontra-se uma atitude crítica perante o presente na base dessas representações utópicas. Para Baczko (*op. cit.*, pp. 30-31), “a utopia visa uma vida nova em nome de valores que transcendem a realidade existente e que são os únicos considerados aptos para regenerar a vida individual e coletiva”.

Embora possamos encontrar manifestações desse desejo radical de alteridade, de projeção de um mundo outro, em diversos períodos da história, o termo utopia aparece pela primeira vez em 1516 como título de uma obra do escritor inglês Thomas Morus (1478-1535). Nela configura-se um dos para-

⁴ Baczko, embora tratando especificamente das utopias do século XVIII, apresenta algumas discussões teórico-metodológicas mais gerais que embasaram esta parte do artigo. O primeiro capítulo da tese de doutorado de Helena Isabel Mueller (1989) serviu como guia para mapear as manifestações utópicas ao longo da história. A leitura do artigo de Evangelia Aravanis (1996) foi também muito útil para balizar as questões aqui discutidas. Destaco ainda, para uma apresentação geral da história das utopias, o livro de Miguel Abensour (1990).

digmas da narrativa utópica: a viagem imaginária. O narrador é o navegante português Rafael Hitloleu que, em uma de suas viagens, aporta na ilha de Utopia onde vive alguns anos. O título original, *Livreto deveras precioso e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a ilha de Utopia até hoje desconhecida*, refere-se ao governo de Utopus que, após conquistar a região, cortou o istmo que a ligava ao continente e “(...) elevou homens ignorantes e rústicos a um grau de cultura e de civilização que nenhum outro povo parece ter alcançado atualmente” (Morus, 1997: 70). Ao longo do texto o autor constrói a imagem de um monarca racional, sábio, justo e bom.

Na obra de Morus encontramos uma característica presente na maior parte das narrativas utópicas, inclusive nos textos de Coutinho: a descrição minuciosa da vida cotidiana, individual e coletiva, na sociedade imaginada, da agricultura às refeições, do comércio aos hospitais. Alguns pontos, contudo, são mais destacados, como a ausência de propriedade privada, a diminuição do tempo de trabalho para seis horas diárias e a estrutura de governo que oscila entre a autonomia dos filarcos e a autoridade do monarca. Obviamente essas questões remetem ao contexto inglês de inícios do século XVI, quando ocorrem grandes transformações e questionamentos em relação à realidade social. Na apresentação do livro, Paulo Neves destaca: “(...) trata-se de uma crítica à situação social da Inglaterra que, na época, começava a pôr em prática o cercamento dos campos, agravando a miséria dos camponeses” (p. 6).

O neologismo criado por Morus tem uma etimologia ambígua: oscila entre “*eu-topos*”, a região da felicidade e da perfeição, e “*ou-topos*”, região que não existe em nenhuma parte, o não-lugar. Certamente o autor preferia conjugar as duas noções: a justiça e a felicidade reunidas em uma ordem social que não existe em nenhum lugar. Nos séculos XVII e XVIII essa idéia adquiriu uma carga valorativa precisa: utopia tornou-se sinônimo de impossível, de quimera, sobretudo no domínio político e social.

A partir de finais do século XVIII, verifica-se uma mudança de paradigma do discurso utópico:

“A utopia deixa de ser o não-lugar para ser o projeto de um novo lugar (...). Se anteriormente os utópicos se satisfaziam em descrever uma micro-sociedade (ilha ou país), agora almejam o universo, não como

projeto inicial mas através do exemplo e da sedução que sua proposta terá sobre as pessoas (...). Alguns utópicos já não mais se contentam com a imagem da perfeição social, e a idéia de progresso, que vem com a revolução industrial, lhes permite conferir a seus sonhos uma força vinda da possibilidade de concretização da mudança.” (Mueller, *op. cit.*, pp. 43-44)

Tal idéia de utopia como projeto embasa, por exemplo, o pensamento dos chamados socialistas utópicos. Assim Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858) procuraram concretizar “aqui e agora” sua utopia de uma sociedade livre do individualismo, da competição e da exploração gerados pela propriedade privada através dos falanstérios e da colônia industrial de New Lanark respectivamente. Ou seja, o desejo de mudança ancorado na crítica da sociedade vigente não mais se expressa em uma evasão simbólica para alguma ilha distante, mas em ações concretas que, pelo seu exemplo, embasariam a construção do novo mundo.

Ao descrever a sociedade socialista, Coutinho, ainda que se valendo de uma narrativa literária, certamente acreditava na possibilidade de sua concretização. Para ele, assim como para os primeiros socialistas, o futuro era o tempo da utopia.

Em relação aos socialistas utópicos, Marx e Engels postularam uma continuidade e uma ruptura. Continuidade por verem em Saint-Simon, Fourier e Owen, entre outros, os precursores de suas idéias de transformação social. Ruptura por se acreditarem imbuídos de um conhecimento científico, radicalmente oposto às quimeras dos utopistas. O socialismo utópico era para eles uma espécie de pré-história do socialismo científico: “a teoria de Marx é portanto em relação às ‘fantasias’ dos utopistas o que a química é para a alquimia, ou a astronomia para a astrologia” (Baczko, *op. cit.*, p. 23). A principal crítica feita aos predecessores diz respeito ao fato destes não terem percebido o potencial revolucionário do proletariado, que em sua época ainda se encontrava pouco amadurecido, preferindo acreditar na possibilidade de sedução da burguesia por suas comunidades utópicas.

A teoria marxista buscou então situar na realidade o seu projeto político. Em vez de romper com a sociedade passada para instaurar a futura,

encarou esta última como resultado da evolução natural da primeira. A revolução não seria simplesmente fruto do desejo e da insatisfação mas produto de condições objetivas.

É preciso salientar que essa oposição entre ciência e utopia não é peculiar ao marxismo, mas insere-se em todo um clima intelectual muito característico do século XIX marcado pelo cientificismo, pelo desejo de dissecar a sociedade como algo natural, desvendando as leis que regem a sua dinâmica, e pela idéia de progresso linear e inevitável. Nessa perspectiva, obviamente, a utopia, junto com o sonho, o imaginário e a magia, deveria ser expurgada para que se instituísse o conhecimento científico. Coutinho participava dessa atmosfera: pouco tempo antes de iniciar a publicação de “Na sociedade futura”, caracterizou *O capital* de Marx como um “colossal monumento da ciência” (*Echo Operário*, 26/9/1897, p. 1), e alguns anos depois afirmou que o socialismo era orientado pelas “leis científicas da história” (*O Tempo*, 23/5/1907, p. 1). Como então podemos encontrar um componente utópico tão forte em seus escritos, já que ele se dizia defensor do socialismo científico?

As fronteiras entre ciência e utopia, tão ostensivamente policiadas por Marx e Engels, acabaram sendo burladas por eles mesmos. Ainda que pretendessem uma análise racional, fria e científica das contradições do modo de produção capitalista, acabaram, muitas vezes, projetando o seu desejo de uma sociedade outra:

“Nem Marx nem Engels jamais se propuseram a elaborar a sociedade nova, no sentido em que os utopistas faziam (...). No entanto a análise profunda e científica do capitalismo, desenvolvida por Marx, a descoberta que faz de suas contradições fundamentais (...) não poderia permitir que fosse abafado o desejo de que fossem superadas. Ao contrário. É este desejo que emerge (...) quando Engels aponta para o futuro. Um futuro semelhante ao dos utópicos, não distante: para ele a sociedade (a inglesa pelo menos) de fins do século XIX já estaria pronta para iniciar a construção da sociedade socialista, pois suas contradições já estão maduras. A diferença para com os utópicos está em que, para Marx e Engels, a sociedade deverá se preparar para as mudanças através de seu processo histórico, dentro das leis por eles estabelecidas; os utópicos querem a sociedade nova **já**.” (Mueller, *op. cit.*, p. 64, grifo da autora)

Professando um socialismo heterogêneo e difuso, influenciado por Marx mas também pelas idéias de Benoît Malon, da social-democracia alemã, do socialismo francês, entre outros, Coutinho, embora defendendo a cientificidade de sua teoria, não se intimidou em criar uma viva e detalhada representação utópica da sociedade socialista. Para ele a utopia, o desejo de uma sociedade outra, ancorava-se fortemente em certezas científicas nas quais acreditava com convicção.

Podemos encerrar este passeio pela história das utopias examinando o que Mueller chama de um “novo espírito utópico” que, mesmo próximo do marxismo, se mantém à sua margem. Segundo ela:

“Para Marx a história somente chegará ao reino da liberdade se superar o reino da necessidade. Na utopia, em seu novo espírito, a liberdade é pensada em si, portanto sem a necessidade de que se cumpra um determinado processo histórico para alcançá-la, na medida em que ela é instaurada pelo desejo. Se dá, assim, se não a ruptura com a história, pelo menos com seu determinismo sobre as vidas humanas, ao se perceber que existe um tempo ‘en dehors’ da história.” (Mueller, *op. cit.*, p. 70)

A autora aponta William Morris (1834-1896) como representante dessa nova vertente utópica. Sua obra *News from nowhere* (nenhum lugar/não lugar = utopia) *or an epoch of rest being some chapters from a utopian romance* relata a história de W. Guest que, ao voltar para casa depois de haver discutido na Liga Socialista sobre o que aconteceria após a revolução, acorda, ou sonha acordar, 200 anos depois (Morris, s.d., pp. 25-27).⁵

Morris escolhe o folhetim como veículo de sua narrativa, o que serve a uma função específica: “à medida que o texto aparece fragmentado, em capítulos, no jornal do movimento socialista do qual Morris é militante [*Commonweal*], deixa ao leitor a possibilidade de intervir, seja através de sua curiosidade, seja através do imaginário tornado possível pelo espaço de tempo que intermeia os capítulos” (Mueller, *op. cit.*, pp. 72-73). Além disso, dirige-se ao leitor comum e não ao intelectual: “não é escrita desde cima,

⁵ Sobre Morris, cf. Thompson, 1977.

mas sim desde dentro de uma prática política; além de ser um relato/projeto utópico, se insere na defesa de determinadas propostas diretamente relacionadas e informadas por um cotidiano vivido” (*idem, ibid.*, p. 73). O autor convida o leitor para um passeio por Londres, mostrando detalhes da vida na nova sociedade. Por exemplo: Guest descobre perplexo que não existem mais escolas pois as pessoas só são ensinadas na medida de sua curiosidade ou da necessidade coletiva (Morris, *op. cit.*, pp. 51-57). Resumindo: “a utopia, em seu novo espírito, se torna um convite sedutor para uma viagem por um mundo novo, antes que um programa ou modelo para uma nova sociedade” (Mueller, *op. cit.*, p. 76).

O texto de Coutinho aproxima-se bastante dessa descrição: a forma fragmentada de apresentação (folhetim), o desejo de comunicar-se com o leitor comum, a projeção utópica elaborada a partir da militância, o passeio detalhado pela sociedade futura. Pode-se assim conjecturar que o personagem, ainda que de forma inconsciente, compartilhava desse novo espírito utópico.

2. A “sociedade futura”

Até agora busquei definir com mais precisão a noção de utopia, situando também algumas de suas manifestações ao longo do tempo, a fim de compreender melhor a narrativa de Coutinho. Procurei mostrar que em seus textos se cruzam aspectos gerais do imaginário utópico – o desejo de construção de uma sociedade alternativa com base na crítica radical ao presente vivido – e outros mais específicos da utopia socialista – a concepção dessa sociedade outra como um projeto concretizável no futuro. Tentei ainda evidenciar que a defesa do socialismo científico não eliminou o conteúdo utópico de seus textos, e que estes apresentam muitos elementos do chamado “novo espírito utópico”.

Nesta segunda parte quero examinar mais detidamente algumas representações da cidade socialista presentes “Na sociedade futura”. Cabe salientar que, embora a preocupação de Coutinho fosse com a transformação

do conjunto da sociedade, sua projeção utópica tem como cenário uma cidade. O título do presente artigo aponta para essa ambigüidade sociedade/cidade presente em diversas narrativas utópicas, inclusive naquela aqui analisada. Isso não quer dizer que tais narrativas excluam o elemento agrário, porém, como afirma Baczko, “o tipo ideal de utopia será a representação global de uma cidade nova que estará em ruptura radical com a sociedade existente (...). Idéia-imagem totalizante (...) de uma sociedade outra, mas também e sobretudo de uma vida social melhor” (Baczko, *op. cit.*, p. 30). Da mesma forma, de acordo com Plum (1979), a construção da cidade ideal é um tema recorrente nas utopias inglesas, constituindo uma tradição que vai do Renascimento até os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX. Gonzáles (1981), igualmente, retoma a importância da temática da cidade no âmbito do socialismo: nesse caso, a realização, por alguns dias, da utopia na Comuna de Paris.

Em termos metodológicos, ainda seguindo as indicações de Baczko, não pretendo detectar os elementos de veracidade e os de fantasia da narrativa utópica de Coutinho, nem o seu valor como previsão, mas a maneira como ela expressa, ainda que parcialmente, os desejos, as incertezas e as revoltas de sua época e de seu meio social (*idem, ibid.*, p. 18). Nessa perspectiva torna-se importante examinar alguns aspectos do contexto do militante pois é com base nele que serão elaboradas suas projeções utópicas, seja por oposição à realidade existente, seja pela afirmação de determinados valores então vigentes.

Já se tornou lugar-comum falar das péssimas condições de vida e de trabalho do operariado brasileiro no início do processo de industrialização. No caso de Rio Grande, mais especificamente, eram constantes as denúncias feitas pelo *Echo Operário* contra os baixos salários pagos aos trabalhadores que não lhes possibilitava uma existência minimamente digna: “É simplesmente miserável a situação do operariado n’esta cidade. Ganhando salários insufficientísimos, lutando com uma crise de trabalho que se prolonga interminavelmente e que já vem de longa data, o operariado vê-se assoberbado pelas necessidades as quaes não póde debellar porque em tudo são superiores

ás suas forças” (23/1/1898, p. 1), ou então “(...) quem ganha como elles, um salario de 3\$000 a 5\$000 réis, não póde sustentar familia, porque só em carne e pão elles precisam gastar o misero salario” (17/7/1898, p. 1).

Essa imagem de opressão e de miséria também está presente em muitos dos textos literários de Coutinho. Neles, o cenário é quase sempre uma água-furtada, com pouca luz, onde uma família amontoa-se em um espaço restrito. Os personagens invariavelmente são descritos como vultos famintos, doentes e cadavéricos. Vejamos um exemplo extraído do conto “Um quadro da vida do operário” (*Echo Operário*, 7/8/1898, p. 3):

“Uma loja terrea, sem soalho, sem forro no tecto, com uma unica abertura que é a porta. A um canto, uma enxerga de lona e sobre ella envoltas em miseros trapos duas creancinhas definhadas, cadavericas, que acompanham com a vista febril pela fome todos os movimentos da mãe, uma velha de 25 annos que mal parece poder ter forças para partir um pedaço de pão negro e duro que tirou de sobre um tamborête que se vê a um lado da porta.”

Obviamente que o tom melodramático objetivava chamar a atenção para a penúria do operariado. Porém, apesar dos exageros, tais descrições deveriam ter alguma ligação com a realidade concreta dos leitores a fim de que se criasse uma comunhão de sentido entre eles e o autor. Afinal, Rio Grande, juntamente com Porto Alegre e Pelotas, foi uma das cidades gaúchas que primeiro sentiu os efeitos da ordem urbano-industrial.

A “sociedade futura”, por contraste, é pintada com tons alegres e vibrantes. Nela, as casas, ainda que modestas, são belas e limpas:

“(...) n’uma habitação de aspecto alegre e asseiado, embora despida de todos os atavios luxuosos tão apreciados nos tempos calamitosos do reinado da burguezia, um velho de respeitavel apparencia, levanta a veneziana da unica janella que ha na frente da casa e abrindo as portas para traz aspira com doce prazer a fragancia das flôres de que o ar saudavel da manhã está impregnado.”⁶

⁶ Todas as citações não referenciadas foram extraídas da série de textos “Na sociedade futura”.

Se em suas descrições da sociedade burguesa o espectro da morte está sempre presente, rondando sobretudo as mal-alimentadas criancinhas proletárias, no mundo socialista se janta “(...) com abundância, terminando pelo indispensável café, arremate de todos os banquetes”.

Por intermédio desses exemplos é possível perceber por que caracterizei “Na sociedade futura” como uma narrativa utópica: tendo por base a crítica à sociedade em que vivia, a do “reinado da burguesia”, Coutinho construiu uma representação de um mundo radicalmente diferente, de uma alteridade totalizante em relação a seu presente, expressando um profundo desejo de transformação.

Essa ruptura com o existente não se manifesta apenas na materialidade da cidade socialista, nas suas casas e na sua abundância, mas também nos afetos de seus habitantes: em um mundo tão perfeito só se pode ter bons sentimentos. Por exemplo: em um determinado momento da narrativa, os personagens tomam um “*bond*”: “Entramos. Homens que conversavam alegremente, que nos correspondem com delicadesa, que tratam de agradar-se mutuamente com ditos espirituosos ou que discutem amigavelmente um facto qualquer”.

Contudo, apesar dessa alteridade radical, Coutinho também expressa em seus textos determinados valores que, mesmo estando historicamente ligados à constituição da ordem burguesa, eram tidos em sua época como verdades universais, não podendo estar ausentes portanto da “sociedade futura”. Refiro-me à valorização da higiene, da tecnologia e do trabalho.

O saber higienista constituiu-se ao longo do século XIX e, no limiar do XX, universalizou-se. No caso específico do Brasil, Rago (1985: 163) afirma:

“A preocupação inicial com as condições de habitabilidade do trabalhador urbano parte dos higienistas sociais, ligados aos poderes públicos. Ocupam-se com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças. E alarmam-se com os surtos epidêmicos que dos bairros pobres se alastram pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos (...).

Assim, as estratégias sanitárias que se constituem neste momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil pretendem realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano (...).”

Esse projeto utópico era também compartilhado por setores do operariado que viam o saber higienista não como uma estratégia de controle da burguesia, mas como um saber científico, verdadeiro, passível de ser aplicado em qualquer sociedade, capitalista ou socialista. As doenças advindas da fome e das péssimas condições de higiene eram uma preocupação constante para os proletários. Coutinho, em um conto denominado “Quadros negros” (*Echo Operário*, 29/10/1899, p. 1), narra as desgraças de uma família operária que acaba por sucumbir inteira diante da extrema pobreza: os filhos de varíola, o marido da “ruptura de um aneurisma” e a esposa de uma “tísica”.

Na “sociedade futura”, ao contrário, os preceitos da higiene são estritamente obedecidos: na rua “(...) não se vêem os indícios do relaxamento da hygiene tão patentes n’outra epocha nos montões de lixo e charcos de agua podrida”. Ao descrever uma praça, Coutinho evidencia idéias que normalmente aparecem relacionadas nas teorias sanitaristas, as quais, nessa época, servem de base para o saber sobre as cidades: limpeza, beleza, simetria, arborização e a necessidade de circulação de fluidos como a água e o ar.

“Em um dos mais pittorescos bairros da cidade, proximo da margem do rio, quinhentos e tantos metros de extensão são occupadas (*sic*) por uma elegante praça, que é limitada por um gradeamento de bom gosto e que assenta sobre calçamento feito de asphalto e que fica superior ao nivel da rua como uns 20 a 25 centímetros, altura que não permite às aguas ficarem paradas. Arvores com profusão estão collocadas symmetricamente ao longo das grades, pelo lado de fora, e caprichosos kiosques estão espalhados pelo centro da praça onde a parte maritima é occupada por bonitos armazens amplos e arejados cobertos de bancas de marmore e lousa tendo cada uma a competente torneira para agua. Eram as bancas do peixe.”

Tais qualidades caracterizam também os locais de trabalho. Ao visitarem uma fábrica, os personagens apreciam o “*toilette*, novo melhoramento introduzido nas fabricas e que havia em todas as repartições, onde

vimos tanques, bacias, espelhos, toalhas, cabides, etc., tudo com ordem e gosto. Uma operaria cuidava de tudo isto, trazendo sempre tudo na maior limpeza”. Enfim, as “maquinarias do conforto”⁷ deixam de ser, como no passado, privilégio de uma classe e difundem-se na cidade socialista permitindo uma vida melhor para seus habitantes.

A tecnologia também está muito presente na “sociedade futura”. Em uma determinada passagem, Ernesto e Paulo, este último namorado de Aurora, vão à oficina em que trabalha Carlos, onde apreciam “(...) os progressos da mecânica, e os melhoramentos introduzidos nas fábricas no curto espaço em que o coletivismo imperava”. Na fundição, “(...) elevadores mecânicos faziam o serviço tão perigoso de vazarem o metal líquido e retirar as peças fundidas, com o simples trabalho de um diretor de fundição que distribuía as alças elevadoras no maquinismo que há no tecto, podendo assim com a maior facilidade retirar do leito as peças prontas”.

O século XIX, como muitos historiadores já afirmaram,⁸ foi marcado pela utopia do progresso ininterrupto, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico contínuo. As máquinas permitiram um incremento maciço da produção, encurtaram distâncias, fixaram instantâneos da vida. Em razão disso, eram vistas como o caminho mais curto e seguro para o bem-estar e a felicidade gerais. O movimento operário, embora denunciasse constantemente as terríveis condições de trabalho nas fábricas, não condenou a tecnologia em si. O problema não eram as máquinas, mas a apropriação privada de seus benefícios. Como afirmava o jornal anarquista paulista *A Terra Livre* (22/5/1910): “Se as máquinas pertencessem a todos vós, aos homens todos, se estivessem à disposição dos trabalhadores, vós as faríeis trabalhar para vantagem geral, em vista das necessidades coletivas (...). E elas seriam um enorme benefício, uma fonte abundante de bem-estar e alegria (...)” (*apud* Rago, *op. cit.*, p. 203).

⁷ Expressão de Beguin, 1991.

⁸ Dois exemplos: Bresciani, 1984/1985 e Pesavento, 1994a.

Coutinho compartilhava dessas representações. Em 1899, ao fazer uma avaliação do século que terminava afirmou: “aproxima-se o fim do século dezenove, século de mecânica e de vapor, século de maravilhas estu- pendas nas ciências e nas indústrias e, principalmente, na arte da guerra” (*Echo Operário*, 1/1/1899, p. 1). Por isso não é de estranhar a presença tão significativa das máquinas e do ambiente fabril na sua sociedade futura. Além disso, Coutinho havia trabalhado em uma das fábricas mais modernas do estado, a Rheingantz, e conhecia bem de perto o impacto da tecnologia sobre a produção. O que fica claro é o desejo do autor de marcar um forte contraste entre as fábricas do seu presente – que debilitam a saúde do traba- lhador e só visam ao lucro da burguesia – e aquelas que existirão no futuro – nas quais a tecnologia é empregada em benefício de todos. Durante a já mencionada visita dos personagens à fábrica, estes apreciam “a doce tempe- ratura que ali se gozava”. O guia lhes explica então que “(...) para a falta do vento natural, havia um aparelho artificial movido pela mesma machina geral que produzia uma temperatura nunca superior a 15 grãos, podendo se, pois, habitar a fabrica em qualquer estação. Mostrou-nos então grandes ven- tiladores de fôrma circular que se achavam espalhados por toda a fabrica”. Que contraste com as descrições do calor infernal das fábricas burguesas!

A marca da época em que vivia Coutinho está presente até mesmo nas metáforas por ele utilizadas para referir-se às máquinas. A representação da máquina como um ser vivo era recorrente no século XIX⁹ e projeta-se em sua descrição do futuro:

“Já se sentia o estremecimento da locomotiva que se aproximava da estação, e depressa se começaram a divisar os rolos de fumo parda- cento que despedia a sua chaminé.

Um estridente apito retumbou na cupula do edificio e logo apoz o ra- pido movimento do **monstro escuro** que passou pela frente das portas para ir mais adiante deixar wagons e carruagens que alli ficavam.”
(Grifo meu)

⁹ Cf. Bresciani, *op. cit.*, e Pesavento, 1994b.

A questão do trabalho sempre foi uma preocupação dos utopistas. Como vimos, Morus propunha a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias. Owen também defendia uma redução da jornada, além de melhores condições de trabalho, de moradia, de alimentação e a abolição do trabalho infantil, o que possibilitaria uma vida mais agradável ao trabalhador. Já no projeto do falanstério de Fourier, além da redução da jornada, enfatiza-se a associação do trabalho com o prazer, acabando-se com a especialização e permitindo o desenvolvimento das capacidades individuais:

“(...) que todos ‘borboleteiem’ em diversos ofícios, cumprindo assim com sua parte no trabalho geral, sem que suas habilidades individuais sejam castradas. Para ele o trabalho e o amor deverão estar associados e, para que isto possa acontecer, o trabalho deverá ser atraente, uma livre expressão do todo do indivíduo e jamais dissociado de suas inclinações eróticas. Para tal, a livre escolha do local e dos parceiros de trabalho é fundamental: só se trabalha bem, segundo ele, com quem se ama.” (Mueller, *op. cit.*, p. 49)

No marxismo, por outro lado, o trabalho tem um estatuto ambíguo. Para Marx, o “reino da liberdade” só suplantaria o “reino da necessidade” quando o trabalho fosse abolido. Porém, de acordo com Hannah Arendt (1987, p. 117), “(...) em todos os estágios de sua obra, ele define o homem como ‘animal laborans’ para levá-lo depois a uma sociedade na qual este poder, o maior e mais humano de todos, já não é necessário. Resta-nos a angustiada alternativa entre a escravidão produtiva e a liberdade improdutiva”.

Coutinho, em sua caracterização da sociedade futura, aproxima-se mais da concepção de trabalho dos utopistas do que da de Marx. Para ele, na sociedade socialista o trabalho não desapareceria mas tornar-se-ia uma fonte de satisfação. É o que se pode perceber na descrição que faz dos operários fabris: “Entraram na fiação onde centenas de operários faziam a sua obrigação cantando e conversando uns com os outros numa intimidade de verdadeiros irmãos”.

Nas últimas décadas do século XIX, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, as elites brasileiras procuraram estabelecer e difundir

uma nova ideologia do trabalho. Segundo Chalhoub (1986, p. 29), “era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva (...) para impulsionar o país (...) no sentido da constituição de uma ordem social burguesa”. Para que esse valor fosse internalizado pelas classes trabalhadoras, recorreu-se a vários expedientes: a repressão da vadiagem, a premiação do bom trabalhador, a associação do trabalho com o progresso e a civilização, etc.

Além de ser um elemento essencial desse processo disciplinador, o valor trabalho também foi um fator fundamental para a constituição de uma identidade operária. De acordo com Batalha (1991/1992, pp. 120-121), a existência miserável dos operários não os distinguia dos pobres em geral, das “classes perigosas”. Por isso o movimento operário buscou estabelecer essa distinção em torno da noção de trabalho: “afinal de contas o trabalho é um fator de forte legitimação social numa sociedade que nega qualquer legitimidade às classes subalternas”. Nas palavras do autor: “Creio ser difícil encontrar exemplos, a partir de fins do século XIX, de uma identidade de trabalhadores que não se estruture em torno do trabalho”.

Essa noção está presente nos escritos de Coutinho, nos quais se associa o trabalho à honra: “filhos do trabalho e acostumados à vida honrosa que ele produz” (*Echo Operário*, 30/10/1898, p. 4). Como elemento constitutivo da identidade operária, esse valor projeta-se para o futuro. Na utopia do militante, a associação do trabalho com o prazer é possível pois um elemento fundamental da dominação capitalista foi destruído: o controle do tempo dos trabalhadores.¹⁰ O velho Ernesto, que faz a ponte entre esses dois mundos, recorda-se de seus sofrimentos na época do “reinado da burguesia”: “(...) no inverno (...), de manhã cedo, ao soar do apito da fabrica, descalço, tiritando e sem esperança de almoçar tinha de atravessar a cidade para não faltar á entrada regimental da entrada (*sic*) da fabrica (...)”. Em outra passagem afirma com satisfação: “(...) felizmente já não estamos no tempo em que ás oito horas já se tinham tres horas de trabalho e se sahia correndo da fabrica para ir almoçar e ás vezes se voltava sem o ter feito, por falta de

¹⁰ Cf. Thompson, 1984.

meios com que o comprar. Hoje ás oito horas é que se entra e n'estes dias **ha tempo para tudo**" (grifo meu).

Para Coutinho, no mundo socialista os operários não trabalhariam constrangidos por um tempo que lhes é externo e controlado pelo patrão, trabalhariam sim movidos pela satisfação e pelo gosto:

“A simples inspecção do visitante é sufficiente para reconhecer que aquelles operarios todos são felizes, que não estão a trabalhar forçados, que não ambicionam a hora do apito. Assim o fazem entender a alegria que se traduz em todos os rostos, as vozes alegres de alguns operarios que cantam, a familiaridade que existe entre elles.”

Essa imagem contrasta duramente com as experiências concretas de Coutinho. No cotidiano do personagem, o trabalho era sobretudo uma necessidade imposta pela ordem capitalista. Porém, nas suas projeções utópicas, o valor trabalho ultrapassa o trabalho necessidade, sobrevive a este último e continua a vigorar na sociedade futura. Nela os homens trabalham livres, felizes e por menos tempo

Considerações finais

Neste trabalho procurei tratar a narrativa utópica de Coutinho como uma via de acesso para o imaginário de sua época e de sua classe. Nela, o autor constrói a idéia-imagem totalizante de uma sociedade outra, radicalmente oposta àquela em que vivia, mas por outro lado incorpora determinados valores vigentes na época e que tinham o caráter de verdades universais, apesar de sua vinculação à ordem burguesa: a higiene, a tecnologia e o trabalho.

Obviamente, ao publicar “Na sociedade futura”, Coutinho tinha por objetivo difundir seu projeto político através das imagens vivas da ficção, mais sedutora que os discursos teóricos e panfletários. A utopia apresentada deveria servir como um farol que orientasse as ações de seus companheiros de classe.

Porém, o que mais ressalta nos textos da série é um profundo desejo de transformação, de concretização da utopia. A identificação do autor com a história é tremenda. Ernesto parece ser o seu alter-ego. O velho militante foi “(...) educado na escolola da miseria e (...) nunca desanimou, e nas poucas horas de liberdade que lhe deixava a officina, freqüentava os cursos de sociologia e economia que o gremio de sua classe sustentava, onde adquiriu conhecimentos muitos superiores que fizeram-no um propagandista temivel do socialismo (...)”. Já Coutinho em um escrito autobiográfico afirmou:

“(...) tivemos a felicidade de aproveitar (...) os nossos recursos intelectuais na leitura dos bons mestres socialistas e, graças a esforços empregados por nós no estudo da Questão Social, podemos (...) falar aos operários com uma certa autoridade, própria de quem tem gasto muitas horas de sono encostado à modesta escrivaninha pedindo aos livros os conhecimentos necessários para bem explicar o que devemos fazer em nosso benefício como classe explorada.” (*Echo Operário*, 15/6/1899, p. 1)

Com base em tais conhecimentos, o autor identificava-se como o “representante da revolução social”.

Outros pontos de contato também são notáveis. Coutinho deu o nome de Aurora à sua filha mais velha e, depois do falecimento desta, tornou a dá-lo à outra filha, que também morreu ainda criança. Finalmente, embora o nome da cidade representada não seja revelado (o autor refere-se à “cidade de **”), provavelmente visando à universalização de sua utopia sem localizá-la em um espaço restrito, algumas descrições remetem à realidade de Rio Grande onde vivia, como a já citada referência às bancas de peixe. Concorro pois com Mueller quando afirma que “a narrativa utópica requer que haja algum nível de identidade e de atração entre autor e leitor para que ela seja aceita; há que haver uma identificação que se expresse a nível do desejo: o desejo da mudança” (Mueller, *op. cit.*, p. 32).

Apesar da ingenuidade e do maniqueísmo da narrativa de Coutinho, parece-me que seus textos nos permitem um salutar exercício: refletir sobre a utopia, sobre o desejo de mudar radicalmente a sociedade e a vida. Em-

brutecidos pelas decepções que tivemos nas últimas décadas com as “sociedades alternativas”, vivendo em uma época na qual já se ousou proclamar o “fim da história”, talvez o sonho de Coutinho nos lembre como é bom projetar nossas aspirações “na sociedade futura”.

Bibliografia

- ABENSOUR, Miguel. 1990. *O novo espírito utópico*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- ARAVANIS, Evangelia. 1996. “A utopia anarquista em Porto Alegre nos anos de 1906 e 1907: os anarquistas porto-alegrenses do periódico ‘A Luta’ e sua tentativa de mudar o rumo local da História”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXII, n. 2.
- ARENDDT, Hannah. 1987. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- BACZKO, Bronislaw. 1978. *Lumières de l’utopie*. Paris: Payot.
- BATALHA, Claudio H. de M. 1991/1992. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n. 23/24.
- BEGUIN, François. 1991. “As maquinarias inglesas do conforto”. *Espaço & Debates*. São Paulo, ano XI, n. 34.
- BRESCIANI, Maria Stella. 1984/1985. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 8/9.
- CHALHOUB, Sidney. 1986. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “belle époque”*. São Paulo: Brasiliense.
- GONZÁLEZ, Horácio. 1981. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense.
- HOMERO. 1992. *Odisséia*. São Paulo: Edusp/Ars Poetica.

- LE GOFF, Jacques. 1979. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa.
- MORRIS, William. S.d. *Notícias de nenhuma parte*. Barcelona: Hacer.
- MORUS, Thomas. 1997. *A utopia*. Porto Alegre: L&PM.
- MUELLER, Helena. 1989. *Flores aos rebeldes que falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília*. São Paulo: Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da USP.
- PESAVENTO, Sandra J. 1994a. “Trabalhadores e máquinas: representações do progresso”. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 2.
- _____. 1994b. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS.
- PLUM, Werner. 1979. *Utopias inglesas, modelos de cooperação social e tecnológica*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung.
- RAGO, Margareth. 1985. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCHMIDT, Benito. 1996. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS.
- THOMPSON, E.P. 1984. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica.
- _____. 1977. *William Morris: romantic to revolutionary*. Nova York: Pantheon Books.

(Recebido e aprovado para publicação antes do autor integrar o Conselho Editorial de *História Social*).